



Para ministro, parceria com Israel não afasta países árabes

Ernesto Araújo prestou esclarecimentos em comissão sobre a política externa do governo e negou que o Brasil tenha alinhamento automático com os Estados Unidos

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o chanceler Ernesto Araújo disse que é possível manter uma boa parceria com Israel sem prejudicar as relações com países árabes.

O ministro também negou que a política externa do governo Bolsonaro tenha alinhamento automático com os Estados Unidos. Segundo ele, o que o Itamaraty busca são parcerias com os americanos em diversas áreas.

O senador Randolfe Rodrigues criticou declarações de Araújo de que o nazi-fascismo foi um movimento de esquerda. **3**



O ministro Ernesto Araújo explica a política externa do governo Bolsonaro, observado pelo presidente da comissão, Nelsinho Trad, e pelo senador Jaques Wagner

Roque de Sá/Agência Senado

Marcelo Esquef/GOV/PL



Projeto exige exame básico de saúde para ingresso no ensino fundamental

Escolas poderão avaliar saúde de crianças do ensino fundamental

Ao entrarem no ensino fundamental, os estudantes poderão ter o direito de passar por exame básico de saúde, segundo projeto do senador

Plínio Valério que está na Comissão de Direitos Humanos. A avaliação vai detectar problemas e encaminhar para tratamento no SUS. **2**

Soltar agressor de mulher deve ficar mais difícil

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou ontem projeto que impede que prisão preventiva de agressor de mulher seja revogada sem laudo psicológico sobre uma possível reincidência. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça. **4**

Sugestão de limitar som de fogos de artifício vira projeto de lei

A sugestão legislativa que estabelece limites de emissão sonora para os fogos de artifício foi acatada pela Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa. Fruto de uma ideia legislativa apresentada ao Portal e-Cidadania, o texto vai tramitar no Senado como projeto de lei. **4**

Cadastro deverá valer como prova de deficiência em concurso público

Aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos, um projeto do senador Romário prevê que o Cadastro-Inclusão servirá como prova sufi-

ciente da condição de pessoa com deficiência em inscrição de concurso público. O texto vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Proposta agrava pena a flagrante de furto **4**

Grupo parlamentar com Reino Unido deve ser criado **3**

Projeto proíbe criança em visita íntima **4**

Conselheiro pode ter mandato sem limite de tempo **4**

Cartão de crédito em braile avança em colegiado

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem um projeto que obriga bancos e operadoras a emitir cartões de crédito e de movimentação bancária em braile. A proposta seguiu para a Comissão de Constituição e

Justiça. De acordo com o relator, senador Flávio Arns, a Federação Brasileira de Bancos concorda com a proposta.

No Brasil, 2,4 milhões de pessoas dependem do sistema braile no dia a dia. **2**



Pelo projeto, correntistas cegos receberão cartões de crédito com identificação em braile sem custos adicionais

Jefferson Rudy/Agência Senado

Estudantes poderão passar por exame básico de saúde

Proposta dá às crianças que ingressarem no ensino fundamental o direito de passar por uma avaliação de saúde para detectar se têm alguma doença que pode ser tratada pelo SUS, mediante cadastro da escola

AS CRIANÇAS QUE ingressarem no 1º ano do ensino fundamental poderão ter o direito de passar por uma avaliação de saúde que detecta doenças básicas. O objetivo do PL 1.219/2019, do senador Plínio Valério (PSDB-AM), é descobrir quais alunos têm problemas de visão, auditivos, neuromotores, psicológicos, cognitivos, de saúde bucal ou alguma doença endêmica e avaliar a situação vacinal e nutricional. O projeto aguarda designação do relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Depois, será encaminhado à Comissão de Educação (CE) e, em seguida, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado em caráter terminativo.

— O exame básico vai detectar se aquela criança tem algum



Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

Entre os objetivos dos exames, está a detecção de problemas neuromotores

tipo de doença que pode ser tratada pelo SUS, mediante cadastro da escola. Eu acho que isso vai ter um alcance social muito grande e vai colaborar para diminuir o percentual de evasão escolar — disse Plínio.

As escolas terão que manter um prontuário de saúde dos estudantes. Para o senador, as secretarias de Saúde e Educação estão capacitadas para isso e

“têm todos os instrumentos, equipamentos e materiais”.

A proposta também prevê que a família se comprometa a participar ativamente da educação do aluno, tornando obrigatório que as crianças sejam matriculadas na educação básica a partir dos 4 anos, e que os responsáveis participem de reuniões, palestras e atividades na escola.

Comissão aprova cartões de crédito em braille

Pessoas com deficiência visual poderão receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações em braille. A novidade, prevista no PLC 84/2018, foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Do deputado federal Rômulo Gouveia, que morreu em 2018, a proposta seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Com a medida, os correntistas cegos terão acesso a um

kit que conterà uma etiqueta de filme transparente afixada no cartão com identificação em braille do tipo de cartão e os seis dígitos finais. Também fará parte do kit um porta-cartão com as informações, em braille, necessárias ao uso do cartão, como número e tipo de cartão, bandeira, nome do emissor, data de validade, código de segurança e nome do portador do cartão. Não deve haver nenhum custo adicional para os usuários.

O relator, Flávio Arns (Rede-

-PR), elogiou a iniciativa e disse que a proposta corresponde ao que prevê o Código de Defesa do Consumidor, que assegura direito a informações claras sobre os diferentes produtos e serviços prestados. O senador destacou que a Febraban concorda com a medida.

No Brasil, cerca de 7% da população (16,5 milhões de pessoas) possui algum tipo de deficiência visual. Dessas, 15% (2,4 milhões) necessitam do sistema braille para acessar informações do dia a dia.

Cadastro pode comprovar deficiência para concurso

O Cadastro-Inclusão pode valer como prova suficiente da condição da pessoa com deficiência para fins de inscrição em concursos públicos. É o que prevê o PLS 460/2018, do senador Romário (Pode-RJ), aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A medida torna possível à pessoa com deficiência obter,

por si mesma ou por meio de seu representante legal, certidão de inclusão no cadastro.

— O acesso à inscrição em cotas para certames públicos revela-se um verdadeiro suplício para as pessoas com deficiência, que precisam juntar documentos diversos a cada vez que pleiteiam inscrição.

A medida extingue as exigên-

cias documentais e probatórias para a habilitação do candidato a concorrer pelo regime de cotas, tornando suficiente a apresentação da certidão de inscrição no Cadastro-Inclusão.

O relator, Lucas Barreto (PSD-AP), apresentou parecer favorável com emendas. O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

Kajuru defende proposta que torna Fundeb permanente

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica, destacou Jorge Kajuru (PSB-GO).

O senador defendeu ontem a PEC 33/2019, de autoria dele, que torna o fundo permanente. Kajuru advertiu sobre a necessidade de levar em conta que a vigência do Fundeb expira em 31 de dezembro de 2020.

— Se não for mantido o financiamento que vigora desde 2006, com renovação periódica, o caos pode se instalar na educação brasileira.



Jorge de Araújo/Agência Senado

Paulo Paim sugere medidas para melhorar o SUS

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que é necessário melhorar a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida, segundo o senador, garantiria melhores serviços e impediria que o discurso de privatização do setor ganhasse força.

Uma saída, de acordo com Paim, é a revogação da Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os gastos públicos, reduzindo a capacidade de investimento em áreas como a saúde.



Genildo Magela/Agência Senado

Styvenson pede desburocratização de doação de órgãos

Apesar de o Brasil ser uma referência mundial de transplantes, o país precisa corrigir algumas deficiências, disse ontem Styvenson Valentim (Pode-RN).

Segundo o senador, um dos problemas é a falta de consentimento das famílias para a doação dos órgãos de um ente falecido.

— É a vida dependendo da burocracia que passa aqui pela gente. Fomos nós que criamos. Somos nós que podemos mantê-la ou acabar com isso.



Genildo Magela/Agência Senado

Luis Carlos Heinze quer revisão do preço mínimo do arroz

Luis Carlos Heinze (PP-RS) pediu ontem a atenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, para o pedido de revisão no preço mínimo do arroz encaminhado pela Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul ao Ministério da Agricultura.

— Que possam reconhecer a necessidade dos rizicultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A produtividade está muito boa, mas não temos preço.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO SOLENE 300 anos de Cuiabá
11h Homenagem aos 300 anos da capital de Mato Grosso.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Parcerias com Israel e países árabes são viáveis, diz Araújo

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, chanceler prestou esclarecimentos sobre a política externa do governo de Jair Bolsonaro e negou que o Brasil esteja em alinhamento automático com os Estados Unidos

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse ontem ser possível manter Israel como grande parceiro sem prejudicar a relação com países árabes. Segundo ele, reconectar o Brasil com aliados, como israelenses e americanos, sem a exclusão de outras nações, está entre as linhas da política externa adotada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Araújo participou de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo o ministro, o Brasil não está em alinhamento automático com os Estados Unidos, mas busca parceria com os americanos em muitas áreas.

— Não há nada de ideológico nem alinhamento automático nosso. O que há é o reconhecimento de que se queremos desenvolvimento, temos que ter uma parceria com os EUA, não excludente, intensa e profunda.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) criticou a diretriz do governo Bolsonaro, sinalizada durante encontro recente com Trump, de que aceita abrir mão do



Roque de Sá/Agência Senado

Para Araújo, parceria com EUA deve ser intensa e profunda

status de “nação em desenvolvimento” que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca de poder entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

— Avalio que o Brasil está se comportando de forma subalterna. O mercado norte-americano segue fechado a nossas exportações de carne bovina e com várias tarifas altas para as exportações de açúcar. As frutas brasileiras também não entram lá por causa de injustas restrições fitossanitárias.

O senador ainda acrescentou que a União Europeia (UE), que tem vários países na OCDE, também adota barreiras

expressivas contra a entrada de produtos brasileiros. Na resposta, Araújo afirmou que já vem trabalhando em busca de uma maior abertura nesses mercados.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou posições adotadas por pessoas ligadas ao governo que podem ser interpretadas como hostis por nações árabe-islâmicas. O senador lembrou que o Brasil possui um fluxo comercial muito superior com os árabes do que com Israel.

— Nós exportamos US\$ 11,5 bilhões para os países que fazem parte da Liga Árabe. Com Israel, são US\$ 321 milhões. De importações com a Liga Árabe, temos US\$ 7,6 bi-

lhões, já com Israel soma US\$ 1 bilhão — ressaltou Randolfe, explicando ser possível otimizar as relações com os dois lados.

Esperidião Amin (PP-SC) também considerou contraditório o governo defender os direitos humanos na Venezuela e votar contra uma investigação independente na ONU. O ministro disse que a investigação na ONU que condenou Israel foi “falha” e que é contra tratar este país como um pária internacional manipulando conceitos em nome dos direitos humanos. Já em relação à Venezuela, disse que o país está dominado por um regime autoritário, pelo crime e pelo terrorismo, e que as violações ali existentes podem nos afetar diretamente.

Randolfe também fez objeções a declarações de Ernesto Araújo de que o nazi-fascismo foi um movimento político de esquerda. O senador mostrou uma foto do primeiro comício organizado por Adolf Hitler na Alemanha, na década de 1930, em que uma grande faixa à frente do palanque prometia “livrar a Alemanha da influência marxista”

Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido. O projeto de resolução do Senado, de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), tem a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Legislativos dos dois países. O texto (PRS 4/2019) segue para o Plenário.

Entre os objetivos, estão a realização de visitas parlamentares, congressos, seminários e simpósios; a permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; e o

intercâmbio de experiências parlamentares.

Em relatório favorável, Jaques Wagner (PT-BA) avalia que a proposta é adequada aos objetivos da atuação congressual, uma vez que a constituição do grupo deverá propiciar as condições para a aproximação dos dois Parlamentos.

O colegiado também aprovou audiência para debater os objetivos comuns de Brasil, Argentina, Paraguai e Chile em relação à Rota Bioceânica, corredor rodoviário ligando Mato Grosso do Sul ao Chile. O autor é Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da CRE.

Colegiado vai debater o Cadastro Ambiental Rural

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem requerimento para debater os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental.

Segundo o autor, Marcio Bittar (MDB-AC), os números do CAR vêm demonstrando que o produtor rural é o maior agente de proteção ambiental do país e, mesmo assim, a atividade agropecuária ainda é demonizada

por ambientalistas.

Outra requerimento convoca audiência com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir mudanças climáticas e o aquecimento global.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), combinará com Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da CRE, as datas e a sistemática do debate.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Chico Rodrigues destaca acordos com israelenses

Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou ontem os acordos firmados entre os governos do Brasil e de Israel, em recente viagem de Jair Bolsonaro àquele país.

Segundo o senador, que fez parte da comitiva, foram firmados acordos em tecnologia, defesa, segurança e exploração de serviços aéreos.

— Um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados não pode prescindir de uma tecnologia avançada em segurança e defesa.

Rogério critica política externa do governo

Rogério Carvalho (PT-SE) comparou ontem a política de exportações do governo anterior e do governo atual e criticou o conceito de “nova política” de Jair Bolsonaro. De acordo o senador, “a tal da nova política” é o contraponto à “boa política” e o contraste com os anos da política externa do PT.

— São medidas que têm potencial de nos alienar da comunidade internacional, de reduzir nosso protagonismo mundial e de comprometer nossa soberania.



João de Araújo/Agência Senado



PEC não engessa Orçamento, diz Esperidião Amin

A aprovação da PEC do Orçamento Impositivo foi elogiada pelo relator, Esperidião Amin (PP-SC).

Para o senador, o que torna o Orçamento engessado, permitindo pouca interferência do Poder Executivo, é o pagamento de altos juros da dívida pública, de renúncias e incentivos fiscais e das despesas previdenciárias.

Ele argumentou que a execução obrigatória das emendas parlamentares, determinada pela PEC, vai garantir recursos aos estados e municípios.

Wellington: saúde e segurança serão beneficiadas

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou a aprovação, pelo Senado, da PEC do Orçamento Impositivo, que determina a execução obrigatória de emendas de bancada (PEC 34/2019). Para ele, a proposta é um passo importante para moralizar a execução orçamentária e destinar mais dinheiro para investimentos em todo o país.

— A expectativa agora é que governadores e prefeitos possam fazer bom uso dos recursos, investindo em setores como saúde e segurança.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Irajá destaca alteração de texto pelo Senado

Irajá (PSD-TO) destacou a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo e disse que o texto foi aperfeiçoado no Senado, com a exigência de repetição das emendas de bancada para uma determinada obra, ano após ano, até a conclusão. A alteração feita no Senado obriga o retorno da proposta para a Câmara. Irajá disse acreditar que a PEC vai acabar com o cenário atual em que o governo federal prioriza a liberação das emendas para os políticos aliados.

Alvaro defende uma reforma do sistema federativo

A aprovação, pelo Senado, da PEC do Orçamento Impositivo sinalizou um passo contrário ao que se deseja de um aprimoramento do sistema federativo, disse Alvaro Dias (Pode-PR).

As emendas parlamentares, segundo o senador, na maioria das vezes, atendem interesses políticos, e não técnicos nem da sociedade.

— A PEC sinaliza para a necessidade da reforma do sistema federativo, ela é o caminho que dá continuidade à desarrumação das finanças públicas.



Gerardo Magela/Agência Senado

Avaliação psicológica de agressor de mulher avança

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos impede que prisão preventiva de agressor de mulheres seja revogada sem a elaboração de laudo de psicólogo sobre a possibilidade de reincidência

A COMISSÃO DE Direitos Humanos aprovou ontem um projeto que impede a revogação de prisão preventiva de agressor de mulheres antes da emissão de laudo psicológico sobre a possibilidade ou não de reincidência.

O PLS 423/2018, de Kátia Abreu (PDT-TO), altera a Lei Maria da Pena.

A senadora argumenta que é necessário municiar os magistrados de uma avaliação técnica sobre as condições psicológicas do agressor, de forma a evitar alvarás de soltura sem qualquer fundamento na realidade dos fatos.

A relatora, Mailza Gomes (PP-AC), emitiu parecer favorável e defendeu os critérios técnicos para garantir a segurança e a integridade das mulheres.



Para Mailza, o laudo é capaz de estimar a possibilidade de reincidência

“A ciência médica, a psiquiatria e a psicologia reúnem condições para estimar a possibilidade de reincidência com razoabilidade científica, o que a autoridade judiciária, por si só, não pode fazer. Como o sistema legal de proteção a direitos já prevê intensa cooperação entre a atividade

judiciária e as ciências da alma humana, não há por que não chamar estas últimas a opinarem quando da soltura de agressor de mulheres”, avalia a relatora.

A proposta seguiu para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em votação final.

Texto autoriza prisão preventiva em flagrante de furto

Um projeto de lei em tramitação no Senado agrava o sistema de encarceramento para pessoas flagradas por furto. A legislação atual permite a prisão preventiva dos suspeitos caso eles já tenham sido condenados anteriormente pelo mesmo crime.

O PL 1.768/2019, do senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), endurece a legislação e autoriza a prisão preventiva se o suspeito tiver sido detido em

flagrante outras duas vezes por crimes contra o patrimônio — mesmo que ainda não tenha sido condenado pela Justiça.

O texto altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941) para permitir a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. No primeiro tipo, o juiz pode determinar a soltura do preso com ou sem pagamento de fiança.

A prisão preventiva, por outro lado, é a mais grave sanção que um suspeito de crime pode receber antes do julgamento. A lei não prevê prazo para a duração desse tipo de encarceramento.

O projeto aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para o autor, a legislação em vigor “protege o criminoso” e deixa “uma sensação de impunidade”.

RÁPIDAS

CRIMES DE TOCAIA E DE VIOLÊNCIA PODERÃO TER PENA AGRAVADA SE COMETIDOS PERTO DE ESCOLAS

Crimes praticados dentro de escolas ou nas imediações de residências podem ter a pena agravada, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e que segue para o Plenário. O PLS 469/2015 altera o Código Penal para prever que homicídio, sequestro e cárcere privado nesses locais serão crimes qualificados. Do ex-senador Raimundo Lira, o texto foi relatado por Styvenson Valetim (Pode-RN).

SÍMBOLO DE LAÇO COLORIDO EM ESTABELECIMENTO DEVERÁ INDICAR PRIORIDADE A PESSOA COM AUTISMO

O laço com um quebra-cabeça colorido, símbolo mundial de conscientização sobre o transtorno do espectro autista, poderá ser usado em estabelecimentos públicos e privados para indicar prioridade a autistas. Essa medida está prevista no PLS 260/2018, aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde o relator foi Lasier Martins (Pode-RS). A decisão final agora caberá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Girão apoia CPI dos Tribunais Superiores

Eduardo Girão (Pode-CE) defendeu ontem a criação da CPI dos Tribunais Superiores para apurar denúncias de irregularidades no Judiciário.

Ele receia que “o povo perca a fé” nas instituições se a CPI não for criada.

O pedido de criação foi enviado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, do Plenário.

O senador também criticou a decisão do presidente do STF, Dias Toffoli, de instaurar inquérito para apurar manifestações de pessoas contra o órgão.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Dário Berger pede união do país para superar crise

O Brasil precisa de união para enfrentar os tempos difíceis e as crises que impedem o desenvolvimento do país, afirmou Dário Berger (MDB-SC).

De acordo com o senador, os interesses nacionais requerem de todos um comportamento diferente, uma atuação integrada, harmônica e rápida e com menos burocracia. Caso contrário, “o Brasil continuará sendo apenas uma promessa de desenvolvimento, harmonia e justiça social”.

— E nesse cenário se instala a insegurança jurídica, os investimentos não aparecem e o desemprego aumenta.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Paulo Rocha contesta nova aposentadoria rural

Paulo Rocha (PT-PA) criticou a medida que veda o desconto em folha das contribuições sindicais (MP 873/2019) e a que altera regras da aposentadoria rural (MP 871/2019). As duas MPs estão tramitando no Congresso. A MP sobre a contribuição sindical foi classificada pelo senador como “uma grave ingerência e ofensa à autonomia dos sindicatos”. Sobre a MP 871, Paulo Rocha afirmou que a medida vai acabar com a declaração de atividade rural emitida pelos sindicatos e o documento será substituído por uma autodeclaração, o que ele considera inconstitucional.



Jane de Araújo/Agência Senado

Bezerra defende pauta para atrair investimentos

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), elogiou os leilões para a concessão à iniciativa privada de 12 aeroportos, quatro portos e um trecho da Ferrovia Norte-Sul. O governo arrecadou R\$ 5 bilhões com os leilões, informou o senador. Ele afirmou que o Congresso também precisa fazer a sua parte no esforço de melhorar o ambiente de negócios, garantindo, por exemplo, a aprovação da reforma da Previdência.

— Temos no Congresso uma pauta capaz de transmitir ainda mais confiança e segurança jurídica aos investidores.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Colegiado aprova proibição de visita íntima em companhia de criança

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que altera a Lei de Execução Penal para proibir a visita íntima em companhia de criança ou adolescente (PLS 491/2018). Originário da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, o texto afirma que não será admitida, em hipótese alguma, a “visita íntima” acompanhada de criança ou adolescente, e que a ocorrência resultará na

suspensão do direito à visita íntima por um ano.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), emitiu parecer favorável com emenda substitutiva para incluir o adolescente na restrição.

O senador deixou claro no projeto que o responsável administrativo por eventual desrespeito à lei também deverá ser punido.

O projeto seguiu para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Comissão acata projeto que permite recondução dos conselheiros tutelares

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que trata da possibilidade de recondução ao cargo de conselheiros tutelares por mandatos ilimitados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990), permite apenas uma recondução ao exercício da função. O relator, Lucas Barreto (PSD-AP) votou favoravelmente ao PL 1.783/2019, que seguiu para decisão final da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o senador, a limitação atual impede que conselheiros que desempenham bom trabalho e são mais experientes possam continuar atuando. Ele lembra ainda que os conselheiros não são eleitos em sentido estrito e não ocupam cargos eletivos da estrutura de poder do Estado. Além disso, argumenta, a reeleição ilimitada é permitida para o Legislativo.

Limite a barulho dos fogos de artifício passa a tramitar como projeto de lei

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acatou a sugestão legislativa que estabelece limites de emissão sonora para os fogos de artifício. A Sugestão 4/2018 passará a tramitar no Senado como projeto de lei da CDH.

A relatora, senadora Mailza Gomes (PP-AC), votou pela aprovação do texto, por entender que o manuseio desses artefatos pode gerar riscos à saúde de humanos e animais.

“Acidentes com fogos de artifício podem causar perda auditiva permanente

de forma aguda. No caso dos animais, muitas vezes o estresse provocado pelo ruído intenso provoca um comportamento fatal, a exemplo da fuga desesperada de mamíferos, resultando em atropelamentos e voo desorientado de aves, com o consequente choque contra árvores e casas”, justifica.

A sugestão é fruto de uma ideia legislativa apresentada ao Portal e-Cidadania pelo cidadão Rogério Nagai, de São Paulo. Por meio do e-Cidadania, qualquer cidadão pode sugerir ideias para projetos e debates.